

Governo afasta a moratória interna

JOZAFÁ DANTAS

O Governo não vai decretar a moratória da dívida interna. Mas, para tomar fôlego para controlar as contas públicas, vai renegociá-la com os seus credores internos. A primeira proposta deve ser feita já nesta quinta-feira, quando haverá reunião do Comitê de Acompanhamento do pacto social e será examinada a questão fiscal. A intenção do Governo é equilibrar, a partir do próximo ano, as contas da União, reduzindo a necessidade de financiamento público. O estudo vem sendo feito pela área econômica, mas vai ser divulgado somente depois de aprovado pelo presidente José Sarney, garantiram assessores do Palácio do Planalto.

A intenção do Governo é gerar recursos para resgatar gradativamente os títulos da sua dívida, sem ser obrigado a colocar mais papéis no mercado, para ter uma política monetária mais ativa, comentaram assessores de Sarney. Eles garantem que o programa a ser proposto vai restringir os gastos públicos. Mas será tomado o cuidado para não causar uma forte recessão no País. "Não vamos gerar uma recessão cavalgar no País, para não matar as galinhas dos ovos de ouro", observam as fontes do Palácio do Planalto. As idéias preliminares estão sendo aceitas pelo repre-

sentante do setor financeiro nas negociações do pacto, Roberto Konder Bornhausen, presidente da Federação Nacional dos Bancos (Febraban).

CONTRAPARTIDA

A negociação da dívida interna não será semelhante ao acordo fechado com os banqueiros internacionais na questão do débito externo, como vem sendo especulado pelo mercado financeiro. O governo quer acertar uma fórmula para o financiamento do déficit público, mas que não assuste o mercado financeiro. Em contrapartida vai continuar com o programa de privatização das empresas estatais, fazer um rígido controle e combate aos sonegadores, cortar subsídios e revisar os incentivos fiscais. Fontes do Palácio do Planalto não informaram como o governo pretende fazer para aumentar o seu superávit de caixas, para saldar a sua dívida interna.

O Governo acredita que as suas idéias sejam aceitas pelos empresários. A expectativa oficial é de que a classe empresarial volte a investir no setor produtivo. Mas para isso a redução da inflação é fundamental, porque vai oferecer a segurança esperada por este segmento da economia. O Governo está confiante, porque as últimas pesquisas feitas pela Fundação Getúlio Vargas no terceiro trimestre deste ano mostraram uma forte tendência do retorno dos investimentos na produção.

Déficit não gera demissões

O presidente José Sarney reuniu-se ontem com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para discutir e fechar algumas questões que serão colocadas na reunião com os governadores, na próxima quinta-feira, referentes ao pacto social e ao ajuste fiscal, revelou Costa Couto, após o encontro.

O ministro reafirmou o propósito do Governo de zerar o déficit público, cortar o máximo possível as despesas e enxugar a máquina administrativa. Afastou, contudo, a possibilidade de demissão de pessoal que, segundo ele, ficou muito mais difícil com a nova Carta e porque "essa não seria a saída". Ele explicou que o enxugamento da máquina administrativa se dará, fundamentalmente, através do remanejamento de pessoal e da privatização de estatais, processo que, adiantou, será lento "porque o Governo não se dispõe a se desfazer de seu patrimônio de forma atabalhoada".

Costa Couto disse que está afastada a possibilidade de o Governo vir a criar novos impostos.

Adiantou que as alterações neste setor se darão através de uma nova metodologia, na cobrança dos impostos. Durante o encontro entre o ministro e o presidente Sarney foi discutida a questão da rolagem da dívida dos Estados que o Governo está disposto a negociar. Mas Costa Couto negou-se a entrar em detalhes sobre esta questão.

Como não poderia deixar de ser, o problema das greves entrou na pauta do encontro de ontem no Palácio da Alvorada. A paralisação dos funcionários da Petrobrás permanece inalterada, segundo Costa Couto. Ele disse que a greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) depende ainda de uma resposta do sindicato da categoria, em relação à contraproposta do Governo, apresentada pelo presidente da CSN, Juvenal Osório, e que deverá ser discutida, ainda hoje, pelas lideranças sindicais.

Bush pode reduzir a dívida

O Brasil espera contar com o apoio do presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, para um plano de redução dos juros e do próprio estoque da dívida externa dos países da América Latina. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considera "positiva" para o Brasil a eleição de Bush, que já indicou como seu secretário de Estado o atual secretário do Tesouro de Reagan, James Baker III. Foi ele quem deu o empurrão final nos bancos credores privados, para que fechassem em setembro o acordo de reescalonamento com os negociadores brasileiros.

— É possível que no Governo Bush se opere a tão esperada solução para a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina — anima-se o ministro Mailson Nóbrega, ao considerar inevitável uma solução que reduza o estoque da dívida externa dos países pobres. A redução da dívida, entretanto, não passa pela confrontação com os credores, alerta Mailson.

NOVO PASSO

O ministro acredita que, "A julgar pelas primeiras declarações do presidente Bush, o futuro governo americano vai dar um novo passo na questão da dívida externa". O novo passo pode significar a reformulação do Plano Baker, apresentado pelo secretário do Tesouro americano em 1985, durante a assembléia geral do Fundo Monetário Internacional, em Seul. O Plano Baker, lembra Mailson, "assumiu a consciência de que, sem o desenvolvimento econômico nos países endividados, não é possível solucionar a questão da dívida".

O Brasil vai liderar um grupo de estudos para propor fórmulas destinadas a aliviar o peso da dívida sobre os países da Améri-

ca Latina. E o que ficou combinado após o encontro que reuniu no final do mês passado, os presidentes e ministros da Fazenda de sete países em Punta Del Este, no Uruguai. Além de Brasil e Uruguai, participaram Argentina, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Esse estudo, segundo o ministro Mailson da Nóbrega, deverá ser apresentado aos países industrializados.

— Uma nova convicção se apodera dos países industrializados: a de que a transferência pelos países endividados de uma parcela importante de sua renda para os credores é incompatível com a estabilidade social. E os Estados Unidos vão ter um grande papel nesse processo — afirma Mailson.

QUATRO PONTOS

Mailson da Nóbrega aponta quatro pontos necessários para que os países endividados tenham êxito em suas reivindicações. O primeiro é de que a redução da dívida tem que ser feita de forma cooperativa. O segundo é de que cada caso vai ser examinado individualmente, país a país. O terceiro é de que o país deve estar com suas relações normalizadas com a comunidade financeira internacional. E o último é de que esteja adotando "programas confiáveis de reestruturação econômica".

No caso do Brasil, o ministro da Fazenda espera agora partir para a quarta e última fase da negociação da dívida. A primeira foi o acordo com os bancos privados, a segundo foi o entendimento com o FMI e instituições multilaterais e a terceira o trato com o Clube de Paris, que representa os governos credores. A quarta fase é a exploração de novas formas de financiamento da dívida. "Vamos fazer isso de cabeça erguida", prevê o ministro.

Fórmulas já estão na mesa

O ministro Mailson da Nóbrega aponta algumas "formas cooperativas" para que o Brasil ou os países endividados consigam aliviar sua situação junto aos credores externos. Mailson explicou três delas.

Plano Mitterrand — Por essa proposta, o Fundo Monetário Internacional usará sua própria moeda, os Direitos Especiais de Saque, para comprar no mercado secundário os títulos de dívida com desconto (deságio). Atualmente, os títulos brasileiros são vendidos com um deságio de 50%, ou seja, uma dívida de 100 dólares é negociada por 50 dólares. O benefício do desconto seria repassado aos devedores, que passariam a ter seu débito reduzido pela metade, no exemplo brasileiro, junto ao FMI.

Agência — Proposta semelhante ao Plano Mitterrand. Os países industrializados formariam uma agência que também compraria

os títulos com desconto no mercado secundário e repassaria o benefício aos devedores. O capital da agência seria integralizado pelos países industrializados (10%) e pelo mercado financeiro internacional (90%).

Novos Papéis — Trocar a dívida antiga por papéis novos, que teriam a garantia do FMI, Banco Mundial ou outra instituição multilateral. Os bancos credores também se disporiam a perder metade do valor do título, em troca do pagamento dos juros durante certo período e de garantia de, ao final do prazo combinado, receber a outra metade da dívida.

Segundo Mailson, já existem bancos dispostos a absorver perdas em operações desse tipo. Ele afirma que a maior resistência está partindo dos governos dos países industrializados, avessos a qualquer proposta que signifique transferir o risco do setor privado (os bancos) para o setor público.